

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Agradecimentos e Registros</i>	XIII
<i>Prefácio (Professor Paulo Bonavides)</i>	XV
Capítulo I. INTRODUÇÃO	1
Capítulo II. A CONSTITUIÇÃO ABERTA	15
1. O constitucionalismo da pós-modernidade. Proeminência do princípio da dignidade da pessoa humana	15
2. O fenômeno da abertura constitucional	28
3. A idéia de sistema constitucional como sistema aberto de normas jurídicas de natureza principiológica e preceitual	45
4. O princípio da unidade da Constituição. A integração sistêmica das normas constitucionais. Colisão de direitos, conflitos aparentes de normas constitucionais e a ponderação de interesses ..	59
5. Cláusulas constitucionais de ampliação dos direitos fundamentais e de limitação da substância das normas jurídicas. Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. A garantia do devido processo legal (<i>due process of law</i>). A igualdade perante a lei (<i>equal protection of the law</i>)	75
6. O judiciarismo constitucional. A jurisprudência intervencionista	94
7. A Constituição Brasileira de 1988. Os desafios da dialética constitucional “terceiro mundista” ..	117
Capítulo III. CONSTITUIÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	131
Capítulo IV. O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	173
1. A nova legalidade	173
2. O princípio da inteligibilidade das normas jurídicas	220
3. A irretroatividade das leis	226
4. Extensão dos direitos e deveres fundamentais às relações privadas	240
Capítulo V. EFICÁCIA SOCIAL DA CONSTITUIÇÃO	255
1. Ilusões e virtudes do Estado Democrático de Direito	255
2. Cidadania e segurança pública	263
3. Constituição e as promessas não cumpridas	274
4. Os mitos do neoliberalismo e da globalização e o metaconstitucionalismo	291
5. A questão do acesso à Justiça	320

Capítulo VI. A NOVA DIMENSÃO DA IGUALDADE	357
1. Origens e evolução do princípio da igualdade. Os avanços da Constituição de 1988	357
2. Ações positivas e as discriminações benignas	362
3. Relações entre o princípio da igualdade e o direito de propriedade no constitucionalismo liberal. A propriedade como função social e o novo Código Civil	369
4. Limitações e evolução do princípio jurídico da igualdade e a teoria das classificações legislativas	380
5. A reemergência do princípio da igualdade no constitucionalismo econômico e social	388
6. A igualdade entre os sexos	395
7. A igualdade racial	420
8. A proteção igualitária às pessoas portadoras de deficiência	425
9. Outras normas e princípios igualitários (nacionalidade, idade, religião, Administração Pública e tributação)	428
Capítulo VII. CONSTITUIÇÃO, INFORMAÇÃO E EXPRESSÃO DO PENSAMENTO	437
1. O direito à informação	437
2. Princípio da publicidade na administração do Estado	446
3. O direito à obtenção de certidão	451
4. Cidadania, Participação e Burocracia	455
5. Informação e tecnologia	479
6. Contratos e títulos na era do <i>e-commerce</i>	482
7. Informação na era digital	493
8. Comunicação do pensamento e o direito à honra e à imagem	502
Capítulo VIII. DIREITO À INTIMIDADE	529
1. Privacidade e esfera íntima	529
2. Sigilo e segredo profissional	545
Capítulo IX. CONSTITUIÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL	557
1. A era da comunicação eletrônica	557
2. Mídia e eleições	560
3. O regime de concessão e permissão das empresas de radiodifusão	592
4. Modelos estrangeiros das telecomunicações	605
4.1. França	607
4.2. Estados Unidos da América	613
4.3. Portugal	623
5. O modelo brasileiro de telecomunicação	627
6. Mídia e violência	634
Capítulo X. A CONSTITUIÇÃO E O DIREITO AO CORPO HUMANO	649
1. Considerações iniciais	649
2. Transplante de órgãos	657
3. Manipulações genéticas	665
4. Eutanásia	674
5. Aborto	678
6. Síndrome da Imunodeficiência – Aids	689
Capítulo XI. A CONSTITUIÇÃO E HUMANISMO ECOLÓGICO	697

Capítulo XII. NOVAS E RENOVADAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	727
1. Mandado de injunção	728
2. <i>Habeas data</i>	743
3. Ação popular e moralidade administrativa	753
Capítulo XIII. CONCLUSÃO	777
Bibliografia	779